

Reunião da Câmara Temática de Mobilidade a Pé

Data: **06 de Agosto de 2020** (quinta-feira)

Horário: **10h às 12h (online)**

Participantes | Poder Público:

- Dawton Gaia – CET
- Eduardo Macabelli – CET
- Evely Trevisan Lacerda – CET
- Fernando Caires – SMT
- Gabriela Ribeiro – CET
- Grasieli Aline – SMT
- José Eduardo Canhadas – CET
- José Renato Melhem – SMT
- Juliana Cruz – SPTRANS
- Luis Eduardo Surian Brettas – SPUrbanismo
- Luiza Gomide – CET
- Maria Teresa Diniz – SMT
- Maria Teresa Fedeli – SMT
- Nancy Schneider – CET
- Rosa Oliveira – CET
- Rosemeiry Leite – CET
- Vanessa Pessoa – SMT

Participantes | Integrantes da CTMP, Usuários Temáticos e Regionais:

- Ana Carolina Nunes – Mobilidade a Pé
- Élio J. B Camargo – integrante da CTMP
- Gilberto de Carvalho – integrante da CTMP
- Helena Degreas – integrante da CTMP
- Luciana Trindade – Regional Centro
- Mauro Calliari – Mobilidade a Pé
- Meli Malatesta – Idosos
- Sandra Ramalho – Pessoas com Deficiência

Observadores:

- Mity
- Wans

Luiza – abriu a reunião e enunciou a pauta a saber: a) Aprovação da Ata do dia 16.07.2020; b) Apresentação do Sr. **Luís Eduardo Surian Brettas** (SPUrbanismo), “*Implantação do projeto piloto de utilização de calçadas no atendimento de bares e restaurantes*” + Proposta para organização da *Oficina sobre Ações emergenciais para mitigação da aglomeração de pedestres*; c) Análise da minuta e definição do Edital das eleições de representantes da Sociedade Civil da CTMP.

Maria Teresa - Ana Carolina perguntou se enviamos a Ata? Todos receberam?

Sandra Ramalhoso – não recebi nem o e-mail. Sr. Élio repassou o convite para que eu pudesse participar hoje da reunião.

Maria Teresa – Sandra, você poderia colocar no chat? Peço depois para a Rosa conferir se seu e-mail está correto no nosso mailing.

Rosa – Sandra, seu nome não consta no mailing da CTMP. Solicitei para Ana Carolina confirmar os nomes dos componentes da CTMP para que pudéssemos atualizar nosso mailing.

Maria Teresa – como houve problema no envio, sugiro arrumarmos o mailing e enviarmos a Ata novamente. Podemos dar uns dois ou três dias para todos lerem e reagirem e, se não houver nenhum apontamento, publicamos no site.

Luiza – passou a palavra ao Sr. **Eduardo Brettas (SPUrbanismo)**, para fazer sua apresentação. Estamos tentando organizar uma Oficina para discussão de ações focadas nos pedestres a fim de mitigar aglomerações durante a pandemia. Consideramos que o seu trabalho entraria como um item a ser debatido. Nosso trabalho é um pouco diferente, não está atrelado aos restaurantes, mas também é uma ação importante da PMSP em relação aos pedestres.

Eduardo Brettas (SPUrbanismo) – com relação a Projeto Piloto, já vínhamos estudando alternativas para garantir que todos atendam, dentro dos comércios & negócios, a questão do distanciamento social. Paralelamente, temos milhares de pequenos negócios que estão quebrando devido ao desequilíbrio econômico-financeiro. O empreendedor com 40% de clientes dentro de um salão não equilibra os custos para abrir seu negócio. O objetivo foi buscarmos alguma alternativa. No mundo inteiro o espaço público é utilizado como um espaço de convivência e há a ampliação dessas áreas de servir, etc. Isto acontece mais na Europa, mas há muitas cidades que têm regulamentado este tipo de uso. Lá atrás fizemos a regulamentação da implantação dos Parklets - uma conquista em relação ao espaço do automóvel -; porém, há uma obrigação e restrição em relação à ampliação do espaço para o atendimento dos comércios que estão na frente dos mesmos. As pessoas que estão circulando podem comprar algo em algum lugar e comer no parklet, mas os empregados dos restaurantes não podem servir nos parklets. Atrelado a este fato, o Prefeito já havia recebido várias demandas da iniciativa privada solicitando alguns estudos. Portanto, juntamos um pouco as duas coisas (estudos que já vínhamos fazendo e o interesse da iniciativa privada).

Verificamos que havia duas demandas fortes - área Central (República) e Itaim -, com a intenção de fazer a implantação de uma maneira privada, sem nenhum recurso municipal. Comecei a trabalhar com um grupo desses para desenvolver o que seriam as regras; a normatização para implantar e permitir a utilização do espaço público como um espaço de ampliação dos salões de cada um desses negócios (restaurantes, cafés, bares, etc.). Fomos definindo as regras e os parâmetros e esse grupo de empresários contratou um escritório de arquitetura (no caso da República, o Metro Arquitetos) para desenhar o material. Isto resultou na publicação do Decreto 59.669/2020 hoje (Diário Oficial) e na coletiva do Prefeito ontem, no Palácio do Governo. O projeto foi apresentado juntamente com a ampliação de atendimento dos restaurantes até às 22:00, a partir de hoje.

Iniciou a apresentação. Projeto Piloto: piloto porque está sendo definido todo o protocolo de saúde criando a responsabilização desses empresários neste atendimento. Se o responsável não conseguir atender o que está disposto no protocolo não continuaremos com o Programa para a cidade inteira. Todo o espaço tem uma super restrição de uso: o atendimento só pode ser sentado na mesa, ter sempre a garantia e o isolamento das faixas livres e anteparos das mesas ao lado das faixas livres; etc. Houve um mapeamento, são 32 (trinta e dois) negócios com características bem diferentes e este foi o objetivo do piloto - viabilidade do programa e atendimento dos protocolos de saúde. Continuamos com a mesma obrigação do limite de ocupação (Parklet). Havia algumas ideias iniciais e chegamos a conversar com a Secretária Elisabete França e com a Operação da CET: pensamos no fechamento completo de ruas para realizar este tipo de ocupação, mas abrimos mão pois o controle seria muito difícil para garantir o afastamento social. Portanto, continuamos com a diretriz de manter somente a ocupação das faixas de estacionamento, garantindo sempre a circulação e o acesso quase como se fosse uma via compartilhada com trânsito em uma velocidade bem reduzida. Acabei de receber o cronograma de implantação possível e será repassado para a CET para que possam iniciar a organização da operação e permitir esta implantação. Foi também publicado no Decreto de hoje que está autorizada de maneira precária, a utilização dos parklets (os restaurantes e/ou bares poderão servir nos mesmos). A minuta que a princípio havíamos elaborado seria uma instrução normativa conjunta (SMT, SMPED, SMSUB, SMDU, etc.); porém, o Prefeito decidiu mudar e fazer por Decreto. Desta forma a redação foi um pouco alterada para adequação da forma da publicação. Importante dizer que em relação ao uso, o Secretário Municipal das Subprefeituras – Alexandre Modonezi, já havia soltado uma Portaria suspendendo todas as TPUS do uso de calçadas pois, sem regramento, ela permitia qualquer tipo de utilização. Com o Decreto novo as TPUS estão isentas de taxas neste momento de pandemia. Hoje, o projeto que prevê a implantação para esses 32 negócios (não há obrigatoriedade por parte do empresário em aderir) foi orçado em R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), com valor médio de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada. Esta apropriação não é por negócio, mas por quantidade de mesas. A ideia é que comecem na próxima semana essa implantação de acordo com o cronograma recebido hoje. Já havia passado uma prévia para o Paulo da CET; precisamos ver como vai ficar em termos de sinalização vertical e preservação do estacionamento. O objetivo é que possibilite a reabertura dos negócios e que iniciemos uma retomada econômica com muita qualidade em relação ao afastamento social. Ao mesmo tempo, testar a ocupação do espaço público com uma requalificação. **Obs.:** a apresentação será disponibilizada e integra esta ata.

Maria Teresa – agradecemos ao Dado pela apresentação e pela disponibilidade. Vamos abrir às perguntas. Sugiro coletarmos 3 (três) perguntas, o Dado poderá responder e aí abrimos para mais 2 (duas).

Élio – qual o impacto da implantação sobre as calçadas em relação à circulação das pessoas, tendo em vista que normalmente há um desrespeito, independente da fiscalização?

Ana Carolina (por Maria Teresa) – duas questões: **a)** Por que o Decreto não passou por alguma consulta aos organismos de participação social? **b)** Essa permissão só valerá para República e Itaim Bibi? Por quê?

Sandra – duas questões: **a)** acho que a plataforma deveria ser exigida para todos e não opcional. Prejudicará a acessibilidade e poderá provocar acidentes, inclusive para quem estará servindo (garçons). **b)** o mobiliário (tampões, plantas, etc), quem pagará? A PMSP ou os donos dos estabelecimentos?

Eduardo Brettas (SPUrbanismo) – respondendo ao **Sr. Élio - impacto da implantação em relação à circulação de pessoas** -, o objetivo do projeto é criar uma obrigação clara para aquele empresário em garantir essas regras de segurança; todas as mesas terão identificação a qual comércio/negócio que fazem parte e qualquer tipo de utilização diferente a responsabilidade é do empresário. Embora ele não tenha poder de polícia, ele poderá parar de servir, recolher a mesa e tudo mais. O que foi disposto no projeto piloto e é uma das situações que vamos testar, é a capacidade desses empresários em garantir a utilização de uma maneira que o afastamento aconteça. Eles terão mais espaço para atender as pessoas, isto é, terão a oportunidade de garantir seus negócios, mas ao mesmo tempo terão a obrigação de garantir o afastamento social e não permitir o mal uso. Ele também não poderá permitir mais de 4 (quatro) pessoas por mesa. Com a relação a **Ana Carolina - por que República e Itaim** -, como disse, houve a disponibilidade de empresários tanto do Itaim quanto da República de patrocinarem um projeto piloto. Todo o investimento é da iniciativa privada (**respondendo também à Sandra**); a PMSP não está colocando um tostão; o que estamos fazendo é autorizando que eles façam. A República porque é muito mais fácil testarmos um piloto que está bastante próximo da gente, onde está a Secretaria da Saúde e toda equipe da vigilância sanitária. Há diversas situações possíveis de teste para a República, que foi o que autorizamos neste momento. Itaim ainda não entrou neste piloto. Disse que tínhamos possibilidade tanto de uma região quanto da outra. Com relação a **plataforma**, estamos tratando de um momento em que todos estão com muita dificuldade econômica; sabemos que temos essa situação e a obrigação de acessibilidade em todas as mesas; recebemos uma contribuição da SMPED de termos um percentual de mesas com atendimento obrigatório para cadeirante. Cada um desses negócios tem que ter um volume de mesas de atendimento completamente acessíveis para cadeirantes também. Nas outras situações, a intenção é minimizar o impacto em termos de custos, mas garantir a segurança. Tanto no limite da guia como da sarjeta deverá haver proteções que indiquem aquele lugar e impeça qualquer tipo de acidente.

Gilberto – acredito que a maioria da CTMP tem simpatia pela ocupação das ruas, mas gostaria de frisar dois incômodos com essa situação: **a)** a publicação de um artigo na Folha causou um tremendo mal estar; desde o início da pandemia (março) estamos solicitando medidas para os pedestres para maior segurança nas ruas às pessoas. Então agora lemos um artigo de uma pessoa que tem mais acesso ou poder e consegue apresentar um projeto pronto e ver esse projeto transformado em Decreto no dia seguinte sem nenhuma consulta aos conselhos (CMTT ou CTMP). Isto tem sido uma constante em vários temas e neste caso não pudemos colaborar ou sugerir nada. Naturalmente haverá problemas para as pessoas que costumam caminhar a pé já que existiam antes da pandemia, pois não se trata somente das pessoas que ocupam as mesas, mas também das que estão circulando. Em determinados horários há uma concentração grande de pessoas nas calçadas. Em espaço aberto temos, por exemplo, o problema dos fumantes que saem debaixo do toldo para fumar na calçada. Em alguns locais próximos a mim, no final da tarde e próximo aos finais de semana, temos que passar pela rua pois as calçadas ficam totalmente obstruídas, apesar das mesas respeitarem as distâncias exigidas pela PMSP e teoricamente existir um passeio livre no meio. Não acredito que deixar somente o proprietário controlar isso vá resolver o

problema; se assim fosse o problema seria resolvido antes da pandemia também. Agora a gravidade é maior. **b)** as razões econômicas para priorizar esse comércio são justificáveis, mas não é exclusiva; é necessário pensar que existem muitas outras atividades econômicas que dependem de pessoas que necessitam da calçada para caminhar; não estão passeando. A questão econômica não justifica o que foi feito e nem da maneira que foi feito.

Mauro – elogiou a qualidade da apresentação e o cuidado com o espaço público. Em relação ao teste em si gostaria de entender quais os parâmetros que utilizarão e o prazo que foi estabelecido para obter algum resultado? Em uma área pequena é possível fazer a intervenção da maneira como foi colocada; porém, quando pensamos numa expansão para a cidade isso muda de escala. De quantos bares nós estamos falando nesta região escolhida e quais os parâmetros? Quais as variáveis que vocês estabeleceram para avaliar se deu certo ou não e quando vão sair? **Parklets:** essa mudança em função da pandemia poderá ser pensada também para o futuro? É muito difícil a fiscalização; pretendem manter isto? Gostaria de sugerir que utilizassem os bons parâmetros e desenhos colocados aqui para realizar intervenções de emergências em 10 (dez) locais próximos às estações (ex. Teodoro Sampaio, estação Faria Lima). Não há como andar na calçada. Há dinheiro no PEC, embora saiba que não é para esse destino; porém, poderia aproveitar e incluir projetos pilotos nesses lugares. Acho que deveríamos incorporar esses parâmetros e realizar alguns testes emergenciais, pois vocês sabem exatamente onde há problemas; além disso, colocaria São Paulo minimamente nos trilhos e no rol das cidades que estão tentando fazer algo.

Eduardo Brettas (SPUrbanismo) – respondendo à Ana Carolina em relação ao **Decreto (não houve consulta aos organismos sociais)**. É um projeto piloto de curto prazo para realizarmos algumas verificações técnicas para podermos validar e propor no âmbito da cidade como um todo. Neste momento, com a velocidade e a pressão exercida pela pandemia, estamos dando uma solução técnica. Saiu via Decreto, mas é uma proposta de um piloto, finito. Embasará apresentações aos órgãos competentes para podermos tomar decisões definitivas para a cidade. Como falei no início, o objetivo é que saísse com uma instrução normativa conjunta com outras secretarias. Saiu por Decreto por uma decisão do Prefeito, mas trata-se de um Decreto para um momento específico para executar um projeto piloto. Com relação ao **artigo da Folha**, a estória não é muito o que vocês leram. Não se trata de uma pressão da iniciativa privada, algo atribulado e feito de qualquer forma para atender um grupo de empresários. Já tínhamos estudos anteriores de usos da cidade para tomar este tipo de decisão. Isto se uniu ao interesse e disponibilidade de dois grupos, em dois lugares da cidade, para podermos fazer esta verificação e este projeto piloto sob risco dos empresários. Existia a vontade de realizarmos vários testes e os recursos não são grandes. Com relação às **pessoas em pé e outras questões como a de fumantes**, a partir do momento que ele se transforma num local de servir, deverá atender as mesmas disposições do salão interno. Não poderão fumar. A garantia da calçada e a não utilização de pessoas em pé está disposta no Decreto: se houver uma pessoa em pé ao lado da mesa eles deverão parar de servir. Este é um dos **parâmetros (Mauro)** que observaremos agora neste período do piloto: verificar a capacidade que o projeto está tendo de garantir o afastamento pessoal (mínimo de 1.80m entre as mesas). Se houver aglomerações o projeto piloto será suspenso. O **prazo** deveria sair na publicação do Decreto, mas retiramos porque é uma situação de atendimento emergencial (pandemia) e se tivermos um problema ele será revogado. O objetivo é que tivéssemos uma experiência entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias para começarmos a avaliar, conversar com os vários órgãos envolvidos, analisar e

verificar a possibilidade de criar uma regra para a cidade como um todo. Pessoalmente meu desejo é que isto possa perdurar inclusive pós-pandemia. Ainda que não haja o afastamento pessoal, devemos garantir a circulação das pessoas; este é um aspecto fundamental de todo projeto. Por isto mesmo, nesse momento de pandemia, haverá a sinalização para estimular e ensinar as pessoas a manterem uma rotina de afastamento nas áreas de circulação. Penso que são esses os parâmetros: garantir o cumprimento de todas as regras dispostas no Decreto (afastamento, proteções, sinalizações, etc); verificar se os restaurantes estão sendo capazes de garantir o afastamento (não atendimento de pessoas em pé, acúmulo de pessoas em voltas as mesas, etc). São essas questões e outras já inseridas nas Portarias da Secretaria de Saúde que deverão ser verificadas diariamente para garantir a continuidade do projeto. **Parklet:** continua sendo um espaço público; se uma pessoa quiser sentar poderá fazê-lo sem consumir, da mesma maneira. Porém, durante esse período, por esse Decreto, o parklet recebeu a autorização para que o garçom possa servir dentro dele. **Projetos-Piloto:** a situação não é impensada; temos várias conversas com institutos como o IAB, Bloomberg, WRI, Associação Comercial; juntos também estão propondo situações e lugares para a implantação de Pilotos. O IAB, junto com seus parceiros, coordenaria o desenvolvimento de projetos para esses outros projetos-piloto. Se com a análise desse território da República tivermos muitas dúvidas ou quisermos testar outras variáveis em locais diferentes da cidade teremos possibilidade de realizar uma situação intermediária antes de soltar uma regra geral para a cidade. Poderíamos verificar se o que foi feito na região central poderá ser estendido para outras regiões da cidade com características diferentes de negócios. Em tese, todas as áreas com polos de atração de pessoas já estão incluídas no PEC. Poderão precisar de uma análise local e serem corrigidas em função disso.

Mauro Calliari - sugiro que na próxima reunião o **Eduardo** possa nos informar sobre como está indo e como estão as avaliações.

Luiza – teremos a possibilidade (CTMP e CET) neste período de inserirmos nossas observações. Não deixar somente para a SPUrbanismo. Podemos deixar nossos comentários. É também uma oportunidade para todos os comerciantes respeitarem o espaço do pedestre. Na Praça D. José Gaspar por exemplo, as mesmas ocupam toda a área da praça e o espaço para circulação dos pedestres fica reduzido (menos de 1,50m). Não podemos prejudicar os que não são usuários desses restaurantes ou do comércio local e que vão acabar trombando com garçons. Sobre o que o Mauro disse, queremos fazer uma oficina escolhendo alguns pontos para realizarmos intervenções com sinalização provisória para evitar aglomerações. Nossos critérios de escolha dos locais são exatamente os terminais de transporte coletivo, locais próximos às instituições de saúde e o comércio local. O objetivo é estabelecer soluções visando à melhoria da circulação de pedestres com ampliação de calçadas nas esquinas ou meio de quadra. Já temos um mapeamento e listagem dos locais e a ideia é escolhermos 10 pontos para trabalharmos. Na oficina, o objetivo será distribuir esses pontos em alguns grupos que retornarão com uma solução para implantação. Já há um projeto pronto na rua Oriente (modelo). No dia da oficina faremos uma apresentação das várias possibilidades para mitigar os problemas das aglomerações e a sugestão do Mauro (estação Faria Lima) poderá ser incluída.

Sandra Ramalhoso – o cadeirante, muito provavelmente, vai andar na via, pois irá até a rampa de acesso da esquina para acessar a mesa. Sobre a oficina, poderíamos aproveitar

esses estudos e não apenas concentrarmos em questões comerciais. Como integrar a oficina que está sendo pensada na SMT com a iniciativa da SPUrbanismo?

Luiza – o objetivo da oficina é diferente. O trabalho da SPUrbanismo partiu da questão dos restaurantes; no nosso caso, a ideia é trabalharmos em cima das grandes aglomerações geradas junto aos terminais e estações de transporte coletivo, centros comerciais locais e não necessariamente relacionado a restaurantes. São intervenções complementares e que têm o mesmo objetivo macro que é evitar aglomerações. Não sei se é possível casar os dois projetos.

Maria Teresa – complementando, olhamos essas categorias explanadas pela Luiza e outro ponto que observamos foi a pesquisa que vocês (SPUrbanismo) fizeram, coordenada pela a Kátia Canova (camadas sobrepostas para escolha dos centros abertos). Há muitos conceitos e diretrizes de projetos para essas intervenções temporárias que são comuns. Penso que ao estudar os nossos casos e o Decreto apresentado hoje, podemos ter comentários e sugestões que, como Câmara Temática, podemos enviar para SMDU. Como ainda estão na fase de projeto, mesmo tendo saído o Decreto, se houver sugestões que a SPUrbanismo e os responsáveis considerem positivas, creio que poderão ser incorporadas.

Eduardo Brettas – concordo plenamente. É isso mesmo. O objetivo agora é buscarmos o melhor caminho para a cidade. O projeto-piloto tem algumas regras, mas não serão necessariamente as que serão replicadas para a Cidade como um todo. Neste momento estamos entendendo o que está funcionando e o que não está e o que pode funcionar melhor do que o que está proposto.

Luiza – a avaliação que acontecerá após a implantação do piloto contribuirá para alterações, ajustes ou multiplicações.

Gilberto - o que nos surpreendeu é que esse piloto dos bares tenha sido conduzido somente pela SMDU e a SMT está com outros pontos... não sei... fiquei surpreso.

Maria Teresa - os outros pontos são pauta da reunião de hoje.

Gilberto – são ações que não consigo ver separadas. Considero incrível que desenvolvam projetos com ações em comum, isoladamente. Há um mal estar em saber que o projeto da SMDU saiu muito mais rápido. Estamos conversando a respeito da circulação nas calçadas e aglomerações desde o início da pandemia. É apenas uma observação. Fico surpreso que se diga que a partir desta reunião a gente passe a conversar; que não se tenha tido a capacidade de elaborar de forma conjunta, desde o início, essas ações.

Eduardo Brettas – apenas uma observação: essa discussão começou há uns 70, 80 dias. Há mais de 2 (dois) meses iniciamos um primeiro protocolo e uma primeira divulgação de normas que imaginamos serem possíveis de serem utilizadas. Isto foi replicado dentro de um processo **SEI** englobando diversas Secretarias (SMT, SMPED, SMSUB, SMS, etc). Todas as Secretarias deram suas contribuições para serem incluídas neste pacote e as mesmas foram incorporadas para chegarmos nesta publicação de hoje.

José Renato – agradeceu o Sr. Eduardo Brettas e ressaltou a importância da ação. Complementando o que a Luiza disse, as ações são complementares, mas não estão

dissociadas pois também atendem uma demanda que surge em função da pandemia – segurança e distanciamento social. Nosso foco é muito mais onde identificamos um fluxo de pedestres e coincide com o comércio, com as questões do transporte público – saídas de terminais e metrô. A primeira etapa é realizar um trabalho que discutido de forma participativa na oficina. Reforço o convite para participação afim de definirmos melhor os locais e tipos de intervenções. Pensando que, em virtude da pandemia, deverá ser uma ação rápida e de baixo custo.

Luiza – o terceiro ponto da nossa pauta é *Organização da Oficina sobre Ações emergenciais para mitigação da aglomeração de pedestres*. Neste sentido incluímos a apresentação do Sr. Eduardo Brettas justamente para iniciar esse debate. O projeto da SMDU contribui para a ação que estamos organizando. São projetos complementares com um foco diferente. Não estão dissociados, são projetos da PMSP importantes para este momento. Não caminhamos na velocidade que gostaríamos, mas estamos procurando buscar ações possíveis. O trabalho do PEC também contribui nesse sentido e já está sendo implantado pela SMSUB. Tudo isso deve contribuir e com nossa ação.

Maria Teresa – agradecemos a apresentação do Sr. Eduardo Brettas. Vamos convidar a SPUrbanismo para as atividades das oficinas. Vocês poderiam ver quem da equipe poderia participar, pois seria muito rica essa troca.

Eduardo Brettas - sem dúvida, acho ótimo e agradeço o convite de estar aqui hoje. Com certeza todas essas conversas são muito proveitosas. Penso que devemos receber contribuições de todos; como disse, é um projeto-piloto de teste para subsidiar também outras conversas entre a gente. Obrigado.

Luiza – sobre a organização da oficina, há um mapa que a Rose fez com 18 pontos que elencamos juntamente com a contribuição do Sampapé.

Maria Teresa – não sei se todos estavam no final da reunião passada quando falamos sobre isto; portanto, penso que poderia ser resgatado o que é a oficina e seus objetivos.

Luiza – o objetivo da oficina num primeiro momento é selecionar quais os pontos que queremos trabalhar. A escolha dos locais tem a ver com proximidades do transporte público coletivo, instituições de saúde e comércio local (não necessariamente os três juntos). Locais com elevada aglomeração de pedestres e que possamos, com algumas ações de baixo custo e rápida implantação, mitigar as aglomerações. Seriam intervenções com pinturas, ampliação de calçadas por meio de sinalização, travessia e eventualmente, se necessário, melhorias semaforicas. Após as escolhas poderíamos distribuir esses locais em alguns grupos. No mesmo dia esses grupos deverão se reunir paralelamente e retornar um tempo depois (a combinar) para apresentar as soluções. Na primeira parte da oficina, a Rose apresentará as diversas possibilidades estudadas de melhorias de desenho urbano em vários locais que servirão de exemplo aos grupos.

Rose – acho importante comentar que estamos conversando com o Sampapé e estamos querendo contribuições. O mapa ainda está embrionário e a ideia é complementarmos com informações adicionais.

José Renato – compartilhou o mapa dos locais. Fomos buscar critérios para escolher preliminarmente alguns locais que identificamos uma concentração de pedestres, buscando ampliar o espaço de forma que consigam manter o mínimo de distanciamento. O primeiro critério utilizado foi pegar um levantamento que a CET já faz (2018, 2019 e 2020) sobre fluxo de contagem de pedestres no período da manhã e final da tarde. Fizemos um primeiro mapeamento (10 locais), na região central e avenida Paulista, onde foram feitas as medições pela CET. Após, buscamos centros de bairros onde identificamos comércios locais. A ideia é estudarmos esses locais em relação aos tipos de intervenções que podem ser realizadas pensando em dois fatores fundamentais: intervenções rápidas (pintura ou balizador) e o custo de implementação. A ideia é escolhermos um ou dois locais no centro e após em centros de bairros para realizarmos uma primeira fase. Também pesquisamos se já existem projetos para alguns dois locais elencados. No caso da rua Oriente (comércio popular do Brás), onde há um fluxo grande de pessoas, já existe um projeto que foi elaborado em função da segurança viária, prevendo o alargamento das esquinas (19) com grande concentração de pedestres. O objetivo é que a oficina seja um momento de construção e definição desses locais e tipos de intervenção que prevemos.

Rose – vale ressaltar que os pontinhos amarelos no mapa não representam apenas um local, mas sim a identificação de uma região (4, 5 ou 6 vias). Pensamos inicialmente em 18 (dezoito) pontos, mas teremos que peneirar na oficina em função da nossa capacidade de produção. Se alguém quiser contribuir com mais locais é o momento para inserirmos nesse mapa.

Luiza – alguém gostaria de comentar ou fazer alguma proposta em relação ao desenvolvimento da oficina?

Ana Carolina (por Rosa) - gostaria de saber se já há alguma tipologia de intervenção planejada?

Rose – estamos elaborando. Estou fazendo alguns croquis de situações que podemos trabalhar para apresentar na oficina. Apresentaremos um rol de possibilidades que ocorrem. Coisas que já fizemos e/ou vimos serem feitas e que podem ser aplicadas em alguns desses locais. Acredito que serão várias tipologias dada a diversidade de problemas e na oficina poderão surgir outras contribuições para enriquecer as intervenções. Estamos trabalhando com a possibilidade de utilizar desde um simples cone até uma pintura mais elaborada como urbanismo tático comentado pela Luiza. Apresentaremos as intervenções na oficina para o grupo participante.

Gilberto – percebi pelas falas uma preocupação com a falta de recursos e gostaria de fazer uma sugestão: fazermos uma certa pressão para que os 200 milhões do PEC contingenciados em função da pandemia sejam utilizados. Estamos falando de algo que interessa, do ponto de vista econômico, tanto quanto os bares. Por exemplo, 25 de março, Brás e outros locais de comércios populares onde o mesmo problema está acontecendo. Portanto, se o dinheiro foi contingenciado por causa da pandemia, por que não utilizar parte desse recurso com ações voltadas ao pedestre? Podem contar conosco no sentido de pressionar para que esse recurso seja liberado para esse fim.

Maria Teresa (comentando apontamentos da Ana Carolina no chat) – fomos procurados pelo Sampapé para que colocássemos esse assunto adiante e concordamos. Dissemos na

reunião passada que ainda não tínhamos recursos, mas nos disponibilizaríamos a estudar, realizar oficinas e elaborar projetos temporários juntos com a CTMP. Além disso, chamar parceiros como já vimos articulando com o Mackenzie e Associação Comercial, a qual poderá nos auxiliar nas questões dos conflitos com os próprios comerciantes, entre outros. Poderão inclusive se interessar pelo projeto e contribuir com investimentos. Isto tudo está em andamento, mas não temos os recursos disponíveis até porque não temos os projetos e nem os orçamentos para realizar isto. Também estamos trabalhando para conseguir recursos públicos, mas se pudermos ter parceiros como o Cidade a Pé ou outros que o Sampapé possa propor, como os citados pela Ana Carolina (Aromeiazero e Metrôpole 1 para 1) seria bom. Entendemos que vocês como Câmara Temática devem nos auxiliar a construir tanto a tipologia de área como sugerir os locais que necessitem desse tipo de intervenção. A oficina será o primeiro passo executivo desse projeto.

Luiza – alguém mais gostaria de se pronunciar em relação à oficina?

Élio – onde é o ponto no Butantã que está indicado no mapa?

José Renato – na saída do metrô Morumbi. Ali há o corredor de ônibus, saída do metrô e uma série de comércios.

Élio - a aglomeração maior está no metrô Butantã (chegada). Os ônibus não desembarcam as pessoas no próprio terminal, mas na avenida.

José Renato - podemos incluir.

Luiza – não há limites para acrescentar pontos. A questão é quais os pontos escolheremos para trabalhar na oficina. Pode ser algo progressivo; na primeira podemos escolher 5 (cinco) pontos para estabelecermos soluções e vamos vendo. Temos, sim, limite para produção de trabalho.

Maria Teresa - podemos fechar hoje a data da oficina? Vamos marcar para a semana que vem?

Luiza – podemos deixar para quinta-feira (mesmo dia das reuniões), mas penso que a oficina deverá ter um horário mais estendido.

Maria Teresa – podemos conversar entre nós e enviarmos a proposta de organização da oficina.

Gilberto – acredito que para a maior parte das pessoas, caso seja estendido o horário, seria melhor na parte da tarde.

José Renato - quinta-feira das 14h às 17h, creio ser um bom horário.

Luiza – fica então marcada na quinta (13.08.2020), das 14h às 17h e, internamente, organizaremos como será o processo.

Rose – sugiro que os interessados em participar da oficina nos avisem para podermos montar os grupos de trabalho.

Maria Teresa – lembrando que a oficina será online. Em relação à pauta da **aprovação da ata**, como tivemos um problema no mailing, enviaremos novamente e daremos uns dois ou três dias para as pessoas se pronunciarem antes de publicarmos no site.

Luiza - nos resta agora a pauta da **minuta e análise do edital das eleições de representantes da sociedade civil da CTMP**.

Rosa – em relação ao CMTT, no início desta gestão tínhamos a informação de que os secretários executivos que representavam a sociedade civil enviariam para nós qualquer atualização, alteração ou mudança de e-mail dos membros das Câmaras Temáticas. Isto funciona bem e deve continuar, pois são 5 (cinco) Câmaras Temáticas e mais o Conselho Ordinário. São também 5 (cinco) regimentos diferentes, mais o do CMTT e o Regimento das Eleições do CMTT. Portanto, se os secretários da sociedade civil puderem continuar nos ajudando com isto seria bom e facilitaria muito. Peço então que me enviem a composição atualizada da Câmara Temática para não termos problemas com as comunicações. Com a pandemia, temos vários empregados em teletrabalho e estou sozinha no Departamento que cuida do Conselho.

Maria Teresa - se entendi certo, nas Câmaras Temáticas temos alguns membros que são do CMTT e também pessoas que não são do Conselho e compõem as Câmaras Temáticas.

Rosa - exatamente; por isso é importante que os secretários me posicionem quando há qualquer alteração. A semana passada a Ana Carolina informou que havia duas pessoas que não faziam mais parte do CTMP. É necessária esta informação, pois não temos como saber. No grupo da bike, sempre que há alguma mudança, comunicam imediatamente.

Maria Teresa – certo, vamos então nos organizar de forma mais próxima com os representantes da sociedade civil, uma vez que não temos o controle sobre certas informações.

Rosa – sim, e qualquer dúvida estou à disposição.

Ana Carolina (por Maria Teresa) – só temos como atualizar o mailing após o processo eletivo; se alguém estiver aqui e não estiver recebendo o e-mail, deverá informar para que possamos atualizar a relação. Por enquanto, os participantes oficiais da CTMP são os Conselheiros e Suplentes e Pessoa com Deficiência.

Maria Teresa - podemos nos organizar também para a participação de outros ouvintes que queiram receber as comunicações. Eles poderão informar para incluirmos no mailing. Não sei como é combinado; se a Ana Carolina é que enviaria para outros interessados da sociedade civil. Continuando, como a Ana Carolina está sem microfone, quem apresentará o ponto de pauta sobre a **mudança do regimento**?

Luiza – esta demanda veio diretamente da Ana Carolina e há também uma demanda do Sr. Élio. Não sei como gostariam de apresentar esse item.

Maria Teresa (respondendo à Ana Carolina) – não sei... estamos organizando um grupo de trabalho para revisar o regimento interno do CMTT. A Câmara Temática é independente,

mas está vinculada ao CMTT. Não sei se é o caso de realizarmos esse processo casado: revisar o regimento interno do CMTT e amarrar algumas questões das Câmaras Temáticas para poder dar uma uniformidade e, após, cada câmara poderá levantar temas e questões de funcionamento que sejam exclusivas. Penso que esse processo de revisão de regimento interno da câmara temática deveria acontecer de forma integrada com o regimento interno do CMTT. Estamos organizando para esse mês a reunião do grupo do CMTT.

Ana Carolina (por Evely) - respondendo à **Luiza**: não Luiza, a demanda - **edital das eleições de representantes da sociedade civil da CTMP** - é que o Jurídico da SMT responda se a minuta do edital que sugeri é válida. Enviei a proposta da minuta do edital do processo eletivo da CTMP em fevereiro para que fosse analisado pelo Jurídico da SMT. Os titulares da CTMP poderiam tocar o processo eletivo. Não propus a revisão do regimento interno enquanto pauta.

Maria Teresa – alguém poderia resgatar como foi feita a composição da CTMP para podermos entender o que poderíamos mudar? Poderia resumir Ana Carolina? Ou vamos atrás disso com o Jurídico e na próxima reunião voltamos com o assunto? Podemos avaliar o documento enviado em fevereiro e ver se é uma questão de incorporar no novo processo eleitoral que vamos iniciar agora no CMTT (mandato vai terminar) ou se é algo independente que podemos tratar já. Considera que poderia ser feita de forma imediata, independente das eleições do CMTT?

Ana Carolina (por Evely) – a única coisa escrita no regimento é que os conselheiros da CTMP e Pessoa com Deficiência organizariam o processo. Porém, o formato do processo efetivo não foi estabelecido pelo regimento.

Maria Teresa - os regimentos são todos muito vazios de orientações; acho que podemos melhorar os dois de forma conjunta nesta revisão. Não houve um processo eleitoral de composição dessa câmara temática? Só temos membros dessas duas cadeiras que você comentou do CMTT, seria isto? Além desses não há nenhum outro membro oficial e vocês gostariam que tivesse mais gente, que fizéssemos um processo eleitoral para a CTMP, correto?

Élio – na composição dessa primeira câmara temática, que foi na administração do Haddad, o secretário executivo indicou pessoas de várias entidades para participar e assim ficou. A mais entrou o representante da Mobilidade a Pé e da Pessoa com Deficiência.

Maria Teresa – quero fazer uma sugestão em relação a esse tema. Eu, Luiza, Rose e José Renato estamos super atarefados até o dia 15.08 com a revisão do Manual de Desenho Urbano. Não consigo me comprometer a cuidar desse assunto na semana que vem. Enviaremos a minuta para o Jurídico antes e a partir do 17.08 daremos um retorno para vocês em relação a esse assunto.

Rosa – para complementar, atualmente, na CTMP temos 15 (quinze) representantes mais a Sandra Ramalho, Mauro Calliari e José Antônio de Araújo, totalizando 18 (dezoito) pessoas. Pergunto: o que irá para o Jurídico é a minuta da Ana Carolina e mais as considerações do Sr. Élio?

Maria Teresa – sim e temos que fazer um parecer nosso de alinhamento e/ou questionamentos em relação aos dois. Uma avaliação nossa. A Luiza como coordenadora por parte da PMSP. Nos comprometemos a partir do dia 17 a retomar esse assunto e retornar imediatamente para a CTMP (marcar uma reunião).

Luiza – alguém mais quer falar algo?

Mauro Calliari - só queria lembrar para colocarmos na pauta da reunião que vem o acompanhamento da apresentação de hoje do Sr. Eduardo Brettas (andamento do projeto). Continuo achando muito vagos os parâmetros. Dá margem a qualquer coisa; pode ser 3, pode ser 60 dias, muita aglomeração, mesas próximas, etc. Não acredito que exista alguma chance do piloto ser expandido para o resto da cidade. Na próxima reunião, podemos conversar sobre o que está acontecendo e o que estamos aprendendo.

Maria Teresa - se é que estará pronto, pois não sei se os restaurantes serão ágeis assim.

Luiza – lembrando que para a próxima reunião (**13.08**), trataremos exclusivamente da oficina. A sugestão de pauta para debater o andamento do projeto-piloto (SPUrbanismo) ficará para daqui a um mês (reunião da CTMP).

Élio – lembrando que minha proposta (considerações enviadas) atende também o CMTT conforme colocado por outras 2 (duas) pessoas na última reunião.

Maria Teresa - sim, mas acontece que queremos mudar o regimento do CMTT. Dessa forma, teremos que acomodar as duas questões. Agradeceu e encerrou a reunião.